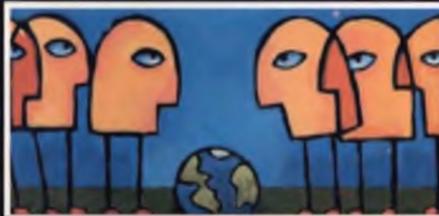
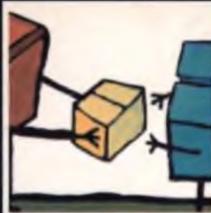


40  
anos  
UnB à frente



Lauro Morhy  
organizador geral

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

# **Brasil** **em Questão**

**A Universidade e a  
Eleição Presidencial**

*Fernando Henrique Cardoso*

Presidente da República

*Paulo Renato Souza*

Ministro da Educação

*Francisco César de Sá Barreto*

Secretário de Educação Superior

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### Conselho Diretor

*Lauro Morhy* – Presidente

*Antônio C. de Matos Paiva*

*Carlos Alberto Rodrigues da Cunha*

*Carolina Martuscelli Bori*

*Flávio Rabelo Versiani*

*Inocência Mártires Coelho*

*Gileno Fernandes Marcelino*

*Jacques Rocha Velloso*

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



# Brasil em Questão

## A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

**Lauro Morhy**

Co-organizadores

**Marcos Formiga**

**Regina Marques**

**Adler Andrade**

**Tânia Costa**

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

---

**2002**

**Equipe Editorial:**

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

B823                      Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-  
                                    cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora  
                                    Universidade de Brasília, 2002.  
                                    512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.  
3.  
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

---

CDU – 32(81)

## Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

**LAURO MORHY**  
**REITOR DA UNB**

## Sumário

### APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

### ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

### 29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

### 16 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

### 20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL  
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499







# Saúde e saneamento básico

Sergio Arouca  
Marcos Helano Montenegro  
Sebastião Viana  
Pedro Tauil

10 de abril



# Ampliando a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro: Saúde e Saneamento

**Marcos Helano Montenegro**

Mais de 20 milhões de crianças irão morrer nos países em desenvolvimento nos próximos dez anos se os governos não tomarem providências urgentes para combater a crescente crise de doenças preveníveis que são ocasionadas pela falta de saneamento, segundo um relatório divulgado no Dia Mundial da Água por duas das principais agências de desenvolvimento britânicas. Esse relatório afirma ainda que 2.4 bilhões de pessoas em todo o mundo carecem de condições sanitárias adequadas e 6.000 crianças morrem todo o dia por não disporem de acesso a redes de água e esgoto e que as doenças de origem hídrica são a causa de ocupação de metade dos leitos hospitalares em todo o mundo.

É muito provável que nenhuma destas crianças que vão morrer sejam filhos dos que estão participando dos debates do *Fórum Brasil em Questão*, tão oportunamente promovido pela Universidade de Brasília. Os aqui presentes temos acesso aos bens materiais e culturais e temos amplo acesso aos serviços públicos.

---

Marcos Helano Montenegro é Conselheiro da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento e consultor da área de saneamento da prefeitura de Guarulhos. Bacharel em Engenharia Civil. Ex-Presidente da Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb) de 1995 a 1998, e da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro – Cedae (1999).

O que só aumenta a nossa responsabilidade ética para diminuir o número dessas mortes o mais rápido possível.

O acesso ao saneamento ambiental no Brasil já foi examinado de maneira bastante detalhada pelo professor Pedro Tauil e pelo senador Sebastião Viana (PT/AC), que me antecederam. Entretanto, vale a pena remarcar alguns aspectos. São cerca de 15 milhões de habitantes morando nas cidades brasileiras que não tem hoje uma ligação de água. Ao invés de falar de água, estou falando de ligação de água propositadamente porque são muitos os brasileiros que tem o cano e não tem a água e são muitos os brasileiros que tendo o cano tem água de péssima qualidade. Os dados recentemente divulgados pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico<sup>1</sup> mostram que uma parcela enorme da população brasileira é abastecida com água sem controle de qualidade e sem vigilância sanitária. Temos, então, um primeiro aspecto da relação concreta entre saúde e saneamento onde nos estamos mal no país. Há uma nova portaria do Ministério da Saúde<sup>2</sup> regulamentando a qualidade da água para consumo humano, seu controle e vigilância que é extremamente atualizada tecnicamente, representando o estado da arte na matéria. Mas infelizmente nós temos uma situação de qualidade da água ainda muito ruim, que, como alguns poderiam esperar, não é privilégio apenas das cidades pequenas. O exemplo mais gritante é da principal estação de tratamento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro (a ETA Guandu) que recebe imediatamente a montante da sua tomada de água no Rio Guandu, trazidos pelo Rio dos Poços, os efluentes industriais do distrito industrial de Queimados.

Temos ainda aproximadamente 90 milhões de habitantes urbanos sem esgotamento sanitário. Infelizmente, como sabemos, a grande maioria destes não mora em casas com amplos quintais

ou jardins nos quais seja possível construir fossa séptica e sumidouro e, portanto, a falta de uma rede de esgoto não seja um problema. Ao contrário, a grande maioria é moradora de assentamentos precários, favelas, vilas populares sem urbanização em morros e alagados. São aqueles que se encontram espalhados em todas as nossas regiões metropolitanas e que, em grande parte, fazem parte da grande massa de excluídos que vivem nas nossas cidades.

Tivemos avanços significativos na coleta de lixo, segundo informou a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico já referida, mas quem não tem coleta de lixo hoje nas cidades brasileiras são aqueles que moram aonde o caminhão de lixo não consegue chegar na porta. São novamente aqueles que moram nos alagados, nos morros, nas favelas, aonde também não chega a ambulância, o carro da funerária e o próprio caminhão de lixo. Já a destinação final de lixo continua sendo um problema seriíssimo no país, pois ainda são poucas as cidades brasileiras que destinam adequadamente o seu lixo, particularmente entre as de médio e pequeno porte. A regra no país é o lixão produzindo chorume sem tratamento que vai poluir o solo e as águas. Lixões aonde uma parte dos brasileiros excluídos vai catar os restos do nosso consumo para a sua sobrevivência.

É, portanto, indispensável qualificar a nossa demanda não atendida do ponto de vista social. Quem são os brasileiros que não tem acesso aos serviços de saneamento? Quem são os brasileiros que não têm direito a morar em ambiente salubre e não têm acesso à água potável regularmente? Não é difícil responder, observando a realidade sanitária das nossas cidades e áreas rurais. São efetivamente os mais pobres, os excluídos nesta sociedade marcada por tão profundas desigualdades sociais e de renda.

Por isso, tenho a firme convicção, mesmo sendo engenheiro sanitário, que a engenharia e também a medicina não são

suficientes para resolver os problemas de saneamento deste país. Eles passam por outras questões, de natureza social, econômica e política. Um dos principais obstáculos para universalizar o atendimento com saneamento é a miséria em que vive boa parte das famílias que moram em nossas cidades. Sem renda suficiente para arcar com os custos de uma moradia adequada e sem uma política que viabilize habitação popular, os pobres são forçados a “habitar” ilegalmente nas encostas instáveis dos morros, nas áreas inundáveis, nas áreas de proteção de mananciais, em terrenos públicos ociosos, enfim em toda sorte de terras urbanas que estão fora do mercado formal e que vão se constituir nos loteamentos clandestinos e favelas onde mora hoje cerca de 50% da população das metrópoles brasileiras.

A solução dos problemas do saneamento brasileiro, bem como os problemas da saúde dos brasileiros, depende da solução do problema do desenvolvimento nacional e do resgate simultâneo da pesada dívida social que a Nação acumula com seus filhos. Eles não se equacionarão fora do processo de conquista e desenvolvimento de uma sociedade mais justa, que deverá incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional, que terá o social como referência central do desenvolvimento, incorporando em sua própria dinâmica interna a distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade, e que simultaneamente buscará criar condições, de modo permanente, para a democratização do Estado e da política.

Para examinar um pouco melhor como estas questões se relacionam com o saneamento, podemos começar pela questão nacional. “Não somos analfabetos” diz Fernando Henrique ao FMI – segundo a Folha de São Paulo de 12 de março passado. Quando ministro, José Serra também já reclamou de que o FMI,

dizendo que os subdesenvolvidos do Hemisfério Sul são tratados como trouxas, com exigências mais rigorosas que as feitas aos países ricos. De que reclamavam o presidente da República e seu ministro? Das restrições impostas pelo FMI para o investimento do setor público, particularmente em infraestrutura e em saneamento, mesmo quando a disponibilidade é óbvia como é o caso dos recursos depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), principal fonte de financiamento dos investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário desde os anos setenta. Trata-se evidentemente de clara restrição ao exercício da soberania nacional. O presidente da República pode no máximo espernear e, quando esperneia, consegue no máximo destaque na imprensa. Resta apenas a demonstração inequívoca de que o Governo Fernando Henrique alienou a soberania nacional até mesmo para o trato das questões mais básicas que dizem respeito à vida, à saúde e ao desenvolvimento e, portanto, ao nosso futuro e das nossas crianças.

Portanto, o atual Governo Federal conduziu o país a uma situação onde se vê impedido de tomar decisões sobre o financiamento das políticas sociais. O que remete exatamente para a questão social. Infelizmente, a vitória dos candidatos que assumiram o governo em 1991, 1995 e 1999 foi a afirmação de um projeto para o país que não leva em consideração o social, que apostava nas teses do neoliberalismo postuladas pelo Consenso de Washington, que acreditava que era possível fazer que o país entrasse na modernidade, submetendo-o às orientações do capital financeiro internacional e promovendo uma abertura indiscriminada de nossa economia.

O resultado, percebe-se com clareza agora, foi a alienação do patrimônio público, a desnacionalização acelerada de nossa economia, a disparada dos juros e o nível pífio de crescimento

econômico, o aumento do desemprego e a diminuição da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional e o tremendo aumento da violência cotidiana. Com se não bastasse, o próximo presidente herdará um endividamento público recorde, remunerado a taxas de juros estratosféricas, que se elevou de 24 % para 57% do PIB, sem resultar em qualquer contrapartida.

As restrições impostas pela necessidade de remunerar os juros desta dívida se refletem em todos os campos onde o setor público atua ou deveria atuar e evidentemente na saúde e no saneamento. As metas sociais foram colocadas em segundo plano pela imperiosa necessidade do setor público gerar superávit primário de 3,5% do PIB<sup>3</sup>, o que corresponde a R\$ 44 bilhões/ano, valor destinado ao pagamento de juros que ultrapassam R\$100 bilhões/ano. Assim, mesmo com todo o sacrifício imposto à Nação, a dívida pública segue crescendo em disparada.

Para efeito de comparação, estimativas preliminares indicam que se o país investir adequadamente em abastecimento de água e esgotamento sanitário 0,4 % do PIB, ou seja, cerca de 5 bilhões de reais por ano em um prazo de no máximo 10 anos teríamos condições de atender a toda a população brasileira. Tal meta de investimento não é ficção e mesmo hoje, se não houvessem as restrições ao investimento do setor público, seria possível atingi-la combinando as fontes tradicionais do setor (excedentes tarifários e empréstimos do FGTS) com recursos do FAT e dos orçamentos fiscais dos três níveis de governo. É uma questão de prioridade.

Fica claro que ou o social ganha prioridade em um quadro de retomada do desenvolvimento com geração de trabalho e distribuição de renda ou não teremos saída para o saneamento, a saúde, a habitação a urbanização das favelas brasileiras e para todas as outras políticas sociais que necessitam equacionamento. Este é um ponto central.

Falta ainda a questão da democracia. Nós vivemos num país que infelizmente tem uma tradição de violentar os interesses populares muito antiga que começa no Brasil Colônia. Até hoje nossas elites são acostumadas a se apropriar do dinheiro público com brutal descaramento. Nossas elites entendem natural dirigir a máquina pública, inclusive as máquinas do saneamento e a da saúde para atender aos seus interesses específicos, agravando as condições de saúde da maior parte da população brasileira. Se comparadas com o mosquito da dengue, elas atuam com maior preconceito de classe. Diferentemente dos micróbios que colocam em risco a população pelo esgoto que corre aparente nas sarjetas e que vai contaminar fundamentalmente a população local, o mosquito da dengue é mais democrático. Ele se prolifera, por exemplo, nos reservatórios de água da população que não tem abastecimento regular de água e que precisa acumular água em latões e voa o suficiente para se reproduzir em outros locais e colocar em risco a saúde de ricos e pobres.

Felizmente este debate se dá no âmbito desta discussão sobre o futuro deste país, do “Brasil em Questão”, o que induz pensar sobre as perspectivas de trabalho e de emprego desta juventude que está aqui hoje e que será maior ou menor dependendo da opção que escolheremos nas próximas eleições. Não tenho dúvida que os jovens terão imensa contribuição a dar com suas energias e seu trabalho se o país vai colocar como objetivo precípua o desenvolvimento com justiça social, conseqüentemente ampliando o mercado de trabalho para que nós possamos ter profissionais atendendo a toda população na promoção do saneamento ambiental e da saúde, tanto nas cidades quanto no campo.

E por falar em campo, não é possível esquecer a população rural – cerca de 34 milhões de brasileiros que vivem no campo uma situação sanitária do que nas cidades. Enquanto nas cidades

nós herdamos as estruturas do finado PLANASA<sup>+</sup> que está em fase de decomposição. Não temos uma política nacional de saneamento rural e nenhuma estrutura de saneamento especificamente dirigida para a população rural. Um programa nacional de saneamento rural ensaiado há cerca de dez anos não passou dos projetos pilotos.

Há muito o que fazer para construir este país. Seguramente as perspectivas da juventude que hoje estuda na UnB contribuir nesta construção serão mais amplas se nós escolhermos uma proposta de desenvolvimento para a sociedade brasileira que seja efetivamente democrática, que tenha o social como eixo e o combate à desigualdade como prioridade, assegurando universalmente os direitos básicos que a sociedade moderna conquistou. E neste caminho, nós estaremos forjando também uma sociedade mais segura porque também mais solidária.

A meu ver uma questão de fundo mereceria ser colocada para os candidatos a presidência quando comparecerem a este Fórum: Qual é a natureza do saneamento ambiental? O saneamento é um direito básico que deve ser assegurado universalmente a todos ou o saneamento pode ser tratado como um negócio? É possível condicionar a oferta de saneamento à geração de lucro?

E ao ouvir as respostas que serão dadas, é preciso lembrar que o candidato situacionista apesar de já ter feito algumas críticas exatamente às limitações que o FMI impõe ao financiamento do setor público, sendo candidato da situação estará defendendo a continuidade de uma política que tem por todas as formas tentado vender as empresas de saneamento básico e que tem tentado transformar as concessões de saneamento em moeda de troca para arrecadar dinheiro para pagar juros da dívida pública. Política que aparentemente não conseguiu ainda causar no saneamento o

prejuízo que causou no setor de energia elétrica, talvez porque o setor de saneamento não tem o nível de integração que tem o setor de energia elétrica, onde desequilíbrios locais na relação oferta e demanda podem gerar apagões de caráter regional. Isto não ocorre no saneamento. A falta de água nos condomínios irregulares de baixa renda em Planaltina e em São Sebastião não se refletem diretamente no abastecimento do Plano Piloto de Brasília. O presidente atual, como já afirmou o Senador Sebastião Viana, ao invés de trabalhar na construção de uma política nacional de saneamento articulada com a política de saúde, integrando a política de saneamento ao SUS, vetou lei aprovada pelo congresso nacional que criava a política nacional de saneamento em janeiro de 1995, na primeira semana do seu primeiro governo. Em seguida patrocinou o projeto de lei 4147/2001, hoje em debate na Câmara Federal, que tem como objetivo fundamental facilitar a venda dos ativos o controle das empresas e do patrimônio público brasileiro na área de saneamento básico, atendendo as pressões do capital financeiro para abrir este espaço para o lucro das empresas internacionais.

Termino com um exemplo de luta. O jornal Valor Econômico de 15 de março de 2002 traz como uma de suas manchetes: “Saneamento – Bispos organizaram movimento popular contra a venda da companhia estadual de água e esgoto. Pressão da Igreja barra privatização baiana”. Sem deixar de lembrar o papel fundamental que os partidos de oposição e o movimento sindical dos trabalhadores do setor jogam na luta contra a privatização do saneamento da Bahia, é preciso registrar que quando os bispos param de se preocupar apenas com água benta, eles estão dando um grande exemplo da luta que nós brasileiros precisamos travar neste campo.

## Notas

- 1 <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/default.shtm>
- 2 Portaria n° 1469, de 29 de dezembro de 2000, que aprova a norma de qualidade da água para consumo humano.
- 3 Percentual elevado para 3,75% em junho.
- 4 Plano Nacional de Saneamento, criado no início da década de 70, estruturou as companhias estaduais de saneamento básico nas diversas unidades da Federação.

*Impressão e Acabamento:*



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: [quick@gns.com.br](mailto:quick@gns.com.br)

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

**BRASILIDADE** • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy